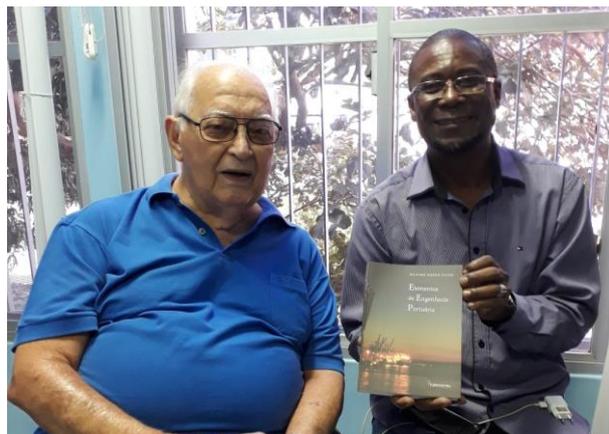


## “Temos que resgatar a dignidade do porto”



*Diretoria do Suport-ES reunida com o representante da Aopes, Nilo Martins, e o professor Máximo Borgo, que entregou livro a Ernani*

Diante da possibilidade de privatização da Codesa, eis que surge uma alternativa para que a nossa companhia docas continue sendo pública: a estadualização. O assunto foi tema de debate no último dia 28, no Suport-ES, entre a diretoria, o representante da Associação dos Operadores Portuários do Espírito Santo (Aopes), Nilo Martins, e o professor Máximo Borgo, que foi presidente da Codesa na época da Administração do Porto de Vitória (APV) e após federalizar.

Ele tem profundo conhecimento da área portuária e também é autor do livro “Elementos de Engenharia Portuária”, cujo exemplar foi entregue ao presidente, Ernani Pereira Pinto, na ocasião.

O objetivo do encontro foi discutir um modelo de estadualização que se adeque à Codesa e abrir o debate com a sociedade civil, governo, prefeituras e outros sindicatos da área portuária, mas, sobretudo, “resgatar a dignidade do porto”, como definiu Borgo.

### INDICAÇÕES POLÍTICAS

O professor citou as indicações de interesse político e não técnico como um dos entraves para o desenvolvimento portuário. “Precisamos acabar com o conchavo político, o excesso de politicagem no porto. Infelizmente, as companhias docas se tornaram um centro de negócios escusos, em que políticos escolhem seus padrinhos para comandar as empresas, sem nenhum conhecimento técnico do assunto.”

E completa: “Esse sistema não existe em lugar nenhum do mundo. São gastos milhões para nada”, lamentou.

Máximo Borgo faz um breve histórico de como funcionam os portos pelo mundo, com exemplo de gestões municipais, estaduais e federais.

### LAND LORD

Para ele, o modelo ideal é o porto público e a operação privada, sistema conhecido como Land Lord (Senhor da Terra, em tradução livre).

Ou seja, o Estado cuida de toda a infraestrutura, oferecendo área e estrutura técnica e ética, e a parte operacional, como administração de cargas e navios fica com a iniciativa privada.

Nesse contexto, o Estado passa a ter a maioria das ações, a União fica com um pouco menos, e estados como Minas Gerais e Goiás também fariam parte da composição acionária, como forma de alavancar o escoamento de cargas do interior do País por meio dos nossos portos.

A ideia foi sustentada por Nilo Martins. “Assim iríamos restaurar um corredor de exportação Centro-Leste, com cargas que poderiam ser trabalhadas aqui”, ressaltou.

Essa estratégia, segundo os companheiros, seria uma forma de tornar o porto mais atrativo não só para o comércio internacional, mas também para o governo, interessado em participar da gestão.

# CAP tem de retomar sua importância



*Reunião na sede do Suport-ES reuniu Diretoria Executiva e companheiros para discutir a estadualização do Porto de Vitória*

O Conselho de Administração Portuária (CAP) das companhias docas vêm perdendo sua importância ao longo dos anos. Décadas atrás, o CAP, de fato, representava a comunidade na gestão do porto. No entanto, com a influência política infiltrada dentro das empresas, o conselho passou a funcionar como mero operador dos interesses políticos, deixando sua função vital de lado.

Nilo Martins, representante da Aopes, lembra que o CAP que perdeu sua influência.

O professor e especialista na área portuária, Máximo Borgo faz um paralelo com o tamanho da importância do CAP. “O conselho tinha um papel fundamental e faz o papel de porto nos Estados Unidos. O ideal é que o CAP reassumisse sua responsabilidade de representar a comunidade na gestão do porto, tendo membros de todas as áreas envolvidas no processo — governo, sociedade civil, prefeituras, Estado (inclusive Minas Gerais e Goiás) e trabalhadores”, afirma o professor.

## Privatização é ideia de quem não conhece porto

Privatizar os portos públicos não é uma possibilidade para os portuários. Esse é um dos temas mais combatidos pelo Suport-ES e motivo de várias manifestações, audiências e até paralisações.

A ideia também é combatida por especialistas. O professor Máximo Borgo, especialista na área portuária, descarta a privatização como possibilidade de alavancar o crescimento portuário.

“Quem sugeriu privatizar não entende muito de portos”, indagou.

Mas infelizmente, parece que a pauta política vai continuar priorizando as decisões, como lembrou Nilo Martins ao mencionar a indicação que o futuro presidente do País, Jair Bolsonaro, fez para comandar o Ministério da Infraestrutura: Tarcísio Gomes, conhecido como “homem da privatização”.

Por isso a luta continua e os portuários estão se articulando junto à categoria e entidades relacionadas para que, se a estadualização for a melhor saída para o desenvolvimento do porto, que seja feita de forma responsável e ética, como destacou Ernani:

“Precisamos desconstruir as ideias segmentadas que desconstroem o porto e unir todos os interessados nesse processo para abrir o debate com a comunidade e governo para proteger o patrimônio público.”

Ernani propõe que a discussão seja levada para a Federação Nacional dos Portuários (FNP) e que, de forma propositiva, o debate seja estimulado na comunidade portuária, de forma que possamos nos reunir em um evento e documentar a necessidade da participação de todos em mais essa importante decisão para a classe trabalhadora!

**SUPPORT-ES PERMANENTEMENTE EM DEFESA DO PORTUS E DOS PORTOS PÚBLICOS.**

**O PORTUS É PATRIMÔNIO DOS PORTUÁRIOS E OS PORTOS PÚBLICOS DO POVO BRASILEIRO.**

**Acesse nosso site: [www.suport-es.org.br](http://www.suport-es.org.br)**